

# Uma experiência instituinte, nosso depoimento

Miriam Chnaiderman  
Silvia Leonor Alonso

**Miriam Chnaiderman** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise.

**Silvia Leonor Alonso** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise.

**Resumo** As autoras deste texto participaram da primeira comissão que se abriu para pedidos de pertinência ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Nesse momento, os princípios institucionais tão seriamente defendidos ao longo de anos eram postos à prova. São esses embates, de uma instituição que sempre questionou os cânones fechados das instituições psicanalíticas, que são formulados e pensados neste depoimento, em que a questão de uma política institucional passa a ocupar primeiro plano.

**Palavras-chave** Psicanálise; instituição; admissão; princípios; dogmatismos.

O que nos moveu a escrever este pequeno relato foi a forte memória, carregada de emoções, que tínhamos do nosso trabalho na primeira Comissão de Admissão. Tínhamos como registro de vivência o de ter sido um momento especial, no qual o que nos constituía enquanto Departamento de Psicanálise, ligado ao Instituto Sedes Sapientiae, era então interrogado. Era o momento de fazer a experiência de um grande desafio, deixar de ter, na interlocução entre psicanalistas, a segurança da formação que havíamos proposto até então. Devíamos abrímo-nos para um espaço de interlocução e formação permanente com outros colegas de procedência e formação diferentes.

Para podermos falar e entender a primeira Comissão de Admissão do Departamento de Psicanálise, é necessário rastreamos algumas de nossas marcas.

Buscamos os documentos, as atas das assembleias, resgatamos nossa história. E surpreendemo-nos com o prazer que tivemos nisso tudo. Foi muito bom ver nossa história, orgulhamo-nos de tanta dedicação, de tantos sonhos hoje concretizados. Muito do que, anos atrás, era delineado como desejo, hoje é operado no Departamento. Ao mesmo tempo, ficou claro como é trabalhosa a construção democrática de uma instituição: nela se transita pelos impasses, nas idas e voltas impulsionadas pelo desejo de avançar e recuando para resolver os conflitos e equacionar a diversidade de posições. Um andar não tão rápido quanto se gostaria, mas com passo firme e conquistas importantes.



*ao longo dos anos, uma série de necessidades foi surgindo, transbordando esse espaço inicial, com a forma de organização que tinha até então*

## A questão

A questão da abertura nos marcou desde nossa origem como Curso de Psicanálise. Já de início nos propúnhamos como uma formação alternativa ao que, até então, era considerada como única transmissão válida e oficial.

Somando-se a isso, nascemos dentro do Instituto Sedes Sapientiae, que sempre teve uma carta de princípios clara na defesa dos direitos humanos, lugar de resistência a qualquer tipo de censura sobre as ideias, a qualquer tipo de autoritarismo, tendo desempenhado importante papel na luta contra a ditadura militar e sendo, até hoje, um lugar onde importantes discussões nos encaminhamentos democráticos acontecem permanentemente.

Esses determinantes nos levaram a escolhas nas quais a questão da abertura desempenhava papel importante. Desde o início questionamos a hierarquização presente na concepção de “análise didática” e a concepção de transmissão ligada à autorização do analista. Sempre pensamos que a prática analítica inclui uma dimensão política, social, e buscávamos propiciar a realização de pesquisas vinculadas à nossa realidade.

## O Curso de Psicanálise e a necessidade do Departamento

O Curso de Psicanálise se constituiu como lugar de questionamento, indagação e pesquisa da prá-

tica psicanalítica. Sempre foi um lugar de transmissão, constituído pelos alunos e os professores (coordenadores de seminários e supervisores). Esse conjunto, no início, encarregava-se de todas as atividades que faziam parte da formação: conferências, eventos, atividades clínicas, etc.

Ao longo dos anos, uma série de necessidades foi surgindo, transbordando esse espaço inicial, com a forma de organização que tinha até então. Por um lado, a existência dos ex-alunos do curso que querem continuar sua formação (e sabemos que a formação do analista é interminável) e que, assim como os docentes, procuravam trocas entre colegas que não estivessem marcadas por estes lugares fixos. Na organização que vigia naquele momento, não havia como dar conta de todos os projetos que começaram a surgir e que tinham a ver com nosso projeto inicial de formação. Ter apenas uma identidade centrada na noção de “curso” leva a categorias que podem se cristalizar: professores, alunos e ex-alunos.

Sempre tivemos em mente criar um lugar de pertinência, onde a produção fosse o eixo. Não queríamos apenas formar analistas e transmitir a psicanálise. Queríamos espaços de interlocução, troca, pesquisa, reconhecimento.

Toda essa transformação foi gestada durante vários anos, com algumas tentativas onde as propostas iam ficando cada vez mais claras, até culminar na fundação do Departamento em 1985.

## A fundação do Departamento de Psicanálise

Conforme o documento “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”:

Em 1981, uma comissão se reúne e elabora um anteprojeto que circula entre a equipe de professores, mas não é levado adiante. Em 1983, algumas reuniões mais amplas se realizam com participação de professores e alunos, nas quais ideias ainda pouco claras a respeito do que seria o espaço do Departamento começam a se esboçar.

Em 1984 forma-se um grupo que se reúne para discutir. Apresentam-se alguns trabalhos individuais escritos, mas o espaço vai se esvaziando e as reuniões são suspensas. No segundo semestre do mesmo ano, com a dissolução do Conselho<sup>1</sup>, nosso curso sofre uma crise, questiona-se a coerência em relação ao projeto, todas as atividades são suspensas para dar lugar à discussão que culmina com uma série de assembleias. Na última dessas assembleias, em dezembro, alunos, ex-alunos e professores, por meio do voto, decidem a fundação de um Departamento em caráter provisório, até a aprovação dos estatutos.

Foi também a última vez em que Regina Chnaiderman esteve no Sedes, vindo a falecer dois meses depois<sup>2</sup>.

Foi nomeada uma comissão que funcionaria como grupo de trabalho estável a partir de maio de 1985. Essa comissão é um grupo de trabalho que já funciona sem hierarquias nem funções pré-estabelecidas, tendo como único objetivo a troca de reflexões sobre o que se queria como Departamento. As discussões seguem dois eixos: a relação da psicanálise com outros campos de saber e o que se entende por formação e pertinência.

No dia 10 de agosto de 1985, a Assembleia, a partir da discussão do documento realizado pela Comissão, institui o Departamento de Psicanálise. O Departamento se propunha a ser um espaço no qual um grupo de psicanalistas preocupados com a produção no campo de Psicanálise, concordantes com os princípios fundamentais que regem a instituição Sedes Sapientiae, se reúne a fim de trocar ideias que enriquecem sua formação teórica e alimentam sua prática clínica.

- 1 Funcionávamos, enquanto forma de gerenciamento do curso, com um conselho paritário (professores e alunos). O que foi acontecendo na prática, e o que faz surgir o questionamento dos alunos, é que, apesar da igualdade numérica, a diferença de posição dos componentes e a força de transferência que isso dava aos professores levavam a uma impossibilidade de paridade nas decisões. Era preciso mudar a própria organização para permitir uma diferente distribuição na força das posições. Esse fato está na raiz do que move a fundação do Departamento.
- 2 Regina era a fundadora do Curso de Orientação Psicanalítica (nome que tinha então o Curso de Psicanálise) em 1976, junto com Roberto Azevedo, com quem cindiria em 1980. O Departamento era um grande sonho que Regina compartilhou conosco.

»  
*o Departamento deve propiciar  
a convivência de teorizações  
diferentes evitando  
as filiações dogmáticas*

Na medida em que a formação do psicanalista é complexa e interminável, diferentes atividades devem acontecer. É um lugar de pertinência e não de simples filiação. O princípio fundamental é a produção teórica e clínica e de pesquisa. O analista deve repensar-se permanentemente e repensar seu lugar de pertinência.

Esse espaço não está regido por um princípio de autorização e sim pelo reconhecimento mútuo.

Naquele momento, os ex-alunos e professores que desejassem ser membros do Departamento redigiam um texto no qual justificavam seu desejo de pertinência e, a partir disso, passavam a ser membros.

Coerente com a busca da não dogmatização e da abertura enquanto instituição psicanalítica, o Departamento deve propiciar a convivência de teorizações diferentes evitando as filiações dogmáticas. Nessa mesma linha se oferece como um espaço onde cada um possa exercer suas possibilidades criativas e constituir caminhos singulares, evitando a formação em série. Não está proposta a identificação a modelos e sim a construção de pertinências singulares.

Com a fundação do Departamento, o Curso de Psicanálise passa a ser um dos setores, deixando de ser o foco único. Nesse primeiro momento a questão principal é como transformar a natureza das relações existentes no curso – da relação professor-aluno – às vezes entendida como necessariamente hierarquizada, para dar lugar a



*Já na sua fundação estava estabelecido que o Departamento deveria se abrir a todo e qualquer psicanalista que expressasse o desejo de a ele pertencer*

uma relação *entre psicanalistas*, não hierarquizada. Esta transformação foi um processo trabalhoso, pois, “junto com a questão do tornar-se membro aparecia a questão das relações do Departamento com o curso”.

84

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

### Os percalços na abertura do Departamento

Já na sua fundação estava claro e estabelecido, tanto no anteprojeto como em votações em várias assembleias, que o Departamento deveria se abrir a todo e qualquer psicanalista que expressasse o desejo de a ele pertencer, independentemente de onde tivesse, até esse momento, percorrido seu caminho na formação. Sempre soubemos dos efeitos deletérios das instituições constituídas apenas por psicanalistas que nelas entram pela via da formação. A força dos modelos transmitidos leva a uma ausência de questionamento e a uma petrificação tanto da teoria quanto da prática clínica. A força dos restos transferenciais nos vínculos institucionais leva a que estes se mantenham inamovíveis, perversamente travestidos em transmissão de um saber. Não queríamos nada disso, trazíamos a marca de nossa origem. Portanto, em nenhum momento pensamos o Departamento como um espaço apenas para egressos do “Curso de Psicanálise”.

No entanto, embora a ideia de abertura estivesse clara para nós, no momento da fundação do Departamento ela precisou ser adiada, por enten-

dermos que devíamos solidificar nossa proposta antes de nos aventurar em algo que seria realmente novo. Assim foi que, na assembleia, postergou-se por dois anos essa abertura. Em 1987, a Comissão Coordenadora, fazendo um balanço de sua gestão, reconhece que o Departamento ainda luta por firmar-se em sua autonomia e se fortalecer na clareza de suas propostas. Mais uma vez a abertura é adiada. A Comissão Coordenadora Geral de 89/91, em assembleia de junho de 1990, considera que no momento o Departamento se manterá aberto apenas para psicanalistas que tenham passado pelo Curso de Psicanálise.

Nesse movimento de se postergar a abertura, é possível observar a necessidade de ter clareza em relação aos lugares de gestão: quem pode assumir a coordenação desse ou daquele setor, quem pode fazer parte da Comissão Coordenadora, quais são os critérios.

Toda abertura em qualquer instituição coloca a questão da distribuição dos poderes. Também coloca as angústias perante o estrangeiro.

Ao ter que dar respostas sobre a inclusão dos novos membros, novas perguntas surgiam, relativas a quem seriam os candidatos, a como ficariam os que já eram membros, quem julgaria sobre o desejo de pertinência, e se haveria diferenciação ou categorias diferentes de membros. Como tomar tudo isso em conta sem hierarquizar?

### A abertura do Departamento

Finalmente, a Assembleia do dia 08/04/95 aprovou a abertura do Departamento. Esta decisão demandava uma nova configuração sem perder a especificidade que nos constituía. Era uma abertura tanto para fora quanto para dentro. Tínhamos que pensar uma forma de admissão e de pertinência que respeitasse os princípios que até esse momento tinham nos guiado na construção do Departamento.

No Congresso Interno de 1994 e em várias assembleias acontecidas entre 1995 e 1997, assim como no trabalho da Comissão Provisória de

Pertinência formada em 1995, várias interrogações foram sendo processadas: abertura para quem e para quem, critérios e procedimentos, instância responsável pela aplicação dos procedimentos e diferenciação ou não de membros por categorias. Ao longo desse processo fomos encontrando algumas respostas.

O processo de admissão passou a ser aberto para psicanalistas de qualquer procedência, mas não para profissionais de outras disciplinas das Ciências Humanas. Essa decisão veio de um processo de amadurecimento, atestada nos documentos, em que a clínica no exercício da psicanálise tem papel central. Em primeiras propostas pensava-se na inclusão de pensadores de outras disciplinas que viessem enriquecer nossa contribuição ao campo psicanalítico nas trocas interdisciplinares. A nossa escolha foi que esta troca se desse circunscrita ao campo de eventos com convidados de outras disciplinas, as parcerias acontecendo nos projetos de pesquisa e nos trabalhos dos grupos temáticos que poderiam convidar profissionais de outras áreas.

Passamos a pensar que todos que estão no Departamento são psicanalistas, deixando de ter sentido qualquer diferenciação entre categorias de membros. Instauramos um processo de admissão que se dá nas mesmas condições para as pessoas de fora que procuram o Departamento, assim como para aqueles que fizeram seu percurso de formação dentro de nossa instituição.

## O processo de admissão

Ficou decidida a criação de uma Comissão de Admissão que começaria a trabalhar sobre os pedidos de pertinência de novos candidatos. Alguns critérios nos guiaram para decidir a forma que teria essa comissão. Em primeiro lugar resolvemos que devia ser um grupo de trabalho estável, funcionando durante dois anos, o que era importantíssimo, já que corresponderia a esse grupo fazer não só o processamento de entrada dos candidatos, quanto fundamentalmente esta-

»  
*resolvemos que esta comissão  
estaria integrada por 19 membros:  
uma comissão grande poderia  
garantir a representação de  
uma diversidade de posições  
existentes no Departamento*

belecer critérios de admissão. Por outro lado, resolvemos que esta comissão estaria integrada por 19 membros. Isso porque entendíamos que cada processo de admissão nos levaria a repensar o Departamento por nós desejado. Portanto, uma comissão grande poderia garantir a representação de uma diversidade de posições existentes no Departamento para levar adiante essa reflexão. Que a diversidade de Departamento estivesse bem representado nessa Comissão, era fundamental tanto para proteger o processo de admissão quanto o reconhecimento pelo conjunto do Departamento do analista ingressante. Sua entrada ficava legitimada. Também lutávamos por uma transparência no decorrer do processo. Isso nos protegeria de eventuais armadilhas narcísicas e/ou políticas.

Os membros da Comissão de Admissão são escolhidos pela Assembleia Geral do Departamento, reafirmando assim que essa Assembleia Geral é soberana.

Cabiam à Comissão de 19 membros as seguintes funções:

1. Receber e examinar os pedidos de pertinência;
2. Efetivar os procedimentos definidos pelo regulamento para admissão de novos membros;
3. Garantir a ética do processo;
4. Transmitir ao solicitante a história e os princípios que norteiam o Departamento.

O processo de seleção instaurava uma conversa entre o candidato e o coletivo do Departamento re-



*tínhamos várias questões  
pela frente: avaliação dos memoriais  
já inscritos, programação  
e divisão das entrevistas, e definir  
o que seria a apresentação pública*

presentado pelos membros da Comissão de Admissão, tendo uma função elaborativa, para ambos.

### A primeira Comissão de Admissão

Desde agosto de 1997 até agosto de 1999 a primeira Comissão de Admissão realizou seu trabalho<sup>3</sup>.

Tínhamos várias questões pela frente: avaliação dos memoriais já inscritos, programação e divisão das entrevistas, e definir o que seria a apresentação pública. Dividimo-nos em três grupos de seis pessoas, cada um funcionando com incumbências que caberiam aos subgrupos e incumbências que caberiam ao grupo todo. A análise do memorial e as duas entrevistas cabiam a cada subgrupo. Depois disso, a discussão se voltava para o coletivo. Na reflexão realizada no coletivo, as questões colocadas por cada candidato nos levavam sempre a repensar o próprio Departamento.

Nomeamos um representante para participar da Comissão Coordenadora Geral a fim de que os trabalhos da comissão fossem acompanhados pelos representantes do conjunto do Departamento.

Começamos então a nos debruçar sobre os pedidos de pertinência. Desde que o Departamento optara pela abertura, seis candidatos haviam solicitado a pertinência. Era o momento de, na prática, sermos coerentes com os princípios que vínhamos configurando desde nossa origem. Devíamos estar atentos ao que movia em cada pedido de pertinência, estando alertas para qual-

quer pedido que camuflasse o desejo de autorização ou o uso do Departamento para fins outros que não a interlocução entre pares.

O processo tenta avaliar não só o candidato mas também a que ele vem, qual seu projeto para o Departamento, assim como os pontos de encontro entre o candidato e os princípios e funcionamento do Departamento. Recusar a entrada de alguém no Departamento não era dizer que ele não era psicanalista. Mas, era recusar a sua pertinência a esse coletivo.

Tivemos que lidar, permanentemente, com nosso imaginário. Fomos procurados por psicanalistas, pesquisadores, já com amplo percurso. Essa procura não deixava de ser o reconhecimento do papel que vínhamos tendo no campo psicanalítico brasileiro. Mas, tivemos que ter muito cuidado para não sermos presas de um narcisismo que cega. Conseguimos?

### Procedimentos e critérios

Ao longo desse processo de dois anos, os procedimentos e critérios foram sendo aperfeiçoados.

1. Sobre a primeira etapa em cada processo de admissão: a leitura do memorial.

Segundo relatório apresentado pela primeira Comissão de Admissão para a assembleia do Departamento,

a elaboração do Memorial dá ao candidato uma possibilidade de reflexão sobre cada momento do seu percurso como analista, incluindo este, em que pede pertinência a esta instituição. Pensamos que esta reflexão, da história do processo de formação, com suas rupturas e alianças, idealizações e lutos, seus movimentos de aposta, pode transparecer e nos indicar a configuração particular de cada desejo de pertinência.

O memorial é um instrumento valioso no sentido de revelar os interesses de cada candidato como analista, os temas percorridos em sua trajetória, suas afinidades e seu imaginário no que diz respeito a esse coletivo, indicando as questões que serão aprofundadas em cada entrevista.

Debruçamo-nos sobre cada memorial por várias reuniões. Temíamos o nosso lugar de juízes. O não dogmatismo fazia com que tentássemos não ser preconceituosos em relação aos percursos de cada um. Então, a discussão, em cada situação, tinha que ser muito aprofundada.

Partíamos para as entrevistas com várias questões articuladas.

## 2. A segunda etapa: as entrevistas

Segundo o mesmo relatório,

as entrevistas, por se constituírem num espaço mais pessoal, permitem uma escuta que venha a indicar a proximidade de cada candidato com o Departamento, constituindo-se também numa possibilidade de esclarecimento das concepções de cada um sobre os vários aspectos relativos à formação contínua de um analista. É, portanto, um momento de explicitação do processo de tornar-se analista, onde cada um dos momentos de escolha, tanto da inserção em espaços de trabalho, quanto de investigação de temas teóricos ou clínicos, podem ser mais aprofundados através dessa etapa de interlocução com membros do coletivo ao qual se deseja pertencer. Essas entrevistas também pretendem identificar os projetos que cada candidato deseja desenvolver no Departamento: se quer se inserir nos setores em funcionamento, se quer desenvolver pesquisas, se o que pretende é interlocução para seu trabalho teórico-clínico, ou se deseja propor novos projetos para o mesmo.

A clínica e a análise pessoal de cada candidato aí ocupam um lugar central.

Fomos vendo que as entrevistas não tinham só uma função avaliativa do candidato, mas eram, sim, um momento em que este, junto com um representante da instituição, podia fazer um processo elaborativo desse momento de passagem. E também elaborativo para cada entrevistador, que, naquele momento, era representante de toda

3 Eram membros dessa comissão: Ana Maria Leal, Daniel Delouya, David Calderoni, Eliane Berger, Janete Frochtengarten, Lillian Quintão, Maria Antonieta Whately, Maria Auxiliadora Arantes, Maria Cristina Occariz, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Maria Lucia Bersou, Mario Fuks, Miriam Chnaiderman, Nayra Ganhito, Renata Cromberg, Renato Mezan, Rubia De Lorenzo, Silvia Alonso, Terezinha Leopoldi. Um dos membros se afastou do trabalho depois do segundo encontro.

»  
*embora se tratasse de decisão de assembleia, defendida em função da transparência do processo, discutia-se a questão da tensão e da persecutoriedade que se gerava na apresentação pública*

a história do Departamento. Expor para o candidato o que era o Departamento levava a um confronto com a sua história de pertinência.

Os dois entrevistadores, antes de levar suas posições ao coletivo da Comissão, trocavam suas impressões e refletiam sobre como havia decorrido cada experiência.

Chegava então o momento de trazer as conclusões ao subgrupo, para em seguida apresentá-las ao coletivo da Comissão. Devíamos então decidir se cabia ou não o candidato fazer a apresentação pública.

## 3. A apresentação pública

Como terceiro momento de processo, o candidato devia apresentar um relatório clínico a um público formado pelos membros da comissão mais todos os membros do Departamento que quisessem assistir a ele. Nesse relatório, o candidato deveria mostrar a possibilidade de sustentar o seu trabalho clínico e de refletir sobre ele, assumindo suas dificuldades, limites, bem como suas possibilidades de exercício da psicanálise.

Essa etapa, num primeiro momento, foi a que gerou mais discussão. Voltando ao mesmo relatório:

embora se tratasse de decisão de assembleia, defendida em função da transparência do processo, discutia-se a questão da tensão e da persecutoriedade que nela se gerava. Apesar dessas discordâncias a decisão foi mantida e, na prática, revelou-se um espaço fecundo de troca e reconhecimento entre pares.

## 88 Documentos consultados

- Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise  
Proposta de Regulamento Interno do Departamento de Psicanálise  
Comissão Coordenadora Geral – balanço da gestão 1989/1990  
Documentos do Congresso Interno 19 de junho de 1994  
Proposta de Mudança de Estatuto do Departamento de Psicanálise – 1995  
Relatório da Comissão Provisória de Pertinência eleita em assembleia de maio de 1995  
Circular de 31 de maio de 1995  
Carta de Mario Fuks de 10 de abril de 1996  
Comentários e Propostas acerca da Pertinência  
Relatório da Primeira Comissão de Admissão, setembro de 1999  
Livro de Atas da Primeira Comissão de Seleção

[...] por um lado constitui-se na forma pela qual o candidato apresenta seu pensamento e seu trabalho para a comunidade, e por outro, a via pela qual o coletivo o reconhece e avalia, no sentido de sua pertinência a esse Departamento.

Depois da apresentação pública, a Comissão ampla se reunia e reavaliava o processo todo, decidindo pela inclusão ou não do candidato. Essa decisão era passada à Comissão Coordenadora Geral que se encarregava de comunicá-la ao candidato.

### Conclusão

Era um momento instituinte, o que dava uma força de implicação no trabalho e na reflexão,

tudo era muito intenso. As avaliações feitas nas próprias atas da reunião registram como o trabalho foi interessante, rico, ainda que extremamente difícil, mas que deixou um saldo de trocas e reflexões muito importantes.

Foi a partir dessa primeira experiência que as sucessivas comissões puderam aperfeiçoar os procedimentos e critérios, mudando alguns, mantendo outros.

Retomar esse momento instituinte é retomar aquilo que sempre nos moveu: inventar uma instituição onde se evite a cristalização e o dogmatismo. A proposta de uma formação contínua implica um permanente questionamento dos lugares. É na entrada de novos membros que aquilo que nos recorta se faz presente.

### A path-breaking experiment: our testimony

**Abstract** The authors were members of the first Admission Committee of the Department of Psychoanalysis of the Instituto Sedes Sapientiae. At that moment, institutional principles defended for years were being put to test. Their testimony recalls the proceedings of that inaugural committee, focusing on the efforts to maintain the consistence of a group that had always questioned the closed canons of psychoanalytic institutions. The policies then established, they argue, have supported the test of experience, and contributed to foster the aims of our Department.

**Keywords** admission procedures; self-presentation; history of the Department of Psychoanalysis of the Instituto Sedes Sapientiae.

**Texto enviado:** 09/10

**Aprovado:** 10/10